

ATA DE REUNIÃO DO PLANO DIRETOR

Elaboração do Plano Diretor de Balneário Gaivota CONTRATO PREFEITURA/UNESC: nº 93/2025

Local: Secretaria da Educação – Balneário Gaivota	Início: 09:33	Término: 10:37	Data: 08/09/2026
---	-------------------------	--------------------------	----------------------------

PARTICIPANTES

MEMBROS DO GRUPO TÉCNICO/CONSELHO DA CIDADE: Adelsa Fernandes, Amon Guetener, Bruna Hobold da Rosa, Clovis Pereira, Fabiano Ferreira, Grasiela Speck Eufrásio, Katerine Guarezi Bressan, Leila Marisa Ferreira, Marcio Borges de Freitas e Rodrigo Santos.

MEMBROS DO IPARQUE/UNESC: Ana Carolina Rocha de Zorzi e Monique Machado de Luca.

DESCRIÇÃO DA REUNIÃO

A reunião teve como objetivo dar continuidade às atividades da Etapa 3 de elaboração do Plano Diretor Participativo de Balneário Gaivota, mediante análise e discussão da minuta da Política de Mobilidade e Infraestrutura Urbana. Também foram antecipadas orientações sobre o macrozoneamento e retomadas as alterações realizadas nas diretrizes de saneamento básico após a reunião anterior.

1. A equipe técnica da UNESC iniciou a reunião informando que o texto relativo à Política Ambiental e à Política de Saneamento Básico havia sido reformulado com base nas contribuições recebidas na reunião anterior. Solicitou-se aos participantes a leitura da nova redação e o encaminhamento de eventuais sugestões adicionais. Também foi comunicada que a ata referente ao último encontro ainda não havia sido finalizada, mas que assim que estivesse seria disponibilizada ao grupo.
2. Ana Carolina iniciou a leitura da proposta de texto para a Política de Mobilidade e Infraestrutura Urbana, destacando o objetivo de assegurar

- deslocamentos eficientes, seguros, acessíveis e sustentáveis, com modernização, manutenção e expansão da malha viária, da iluminação pública, dos sistemas de comunicação, dos serviços essenciais e dos espaços coletivos de uso público.
3. Entre as diretrizes de mobilidade e estruturação viária apresentadas, foram abordadas a acessibilidade universal, a padronização dos passeios, a conservação e o recapeamento das vias, a mitigação dos impactos do aumento sazonal do tráfego no veraneio, a ampliação de ciclovias e ciclofaixas, o planejamento do transporte coletivo, o controle do tráfego de caminhões, o incentivo a meios de transporte sustentáveis, a reorganização do sistema viário, a padronização da nomenclatura das vias e a educação permanente para o trânsito.
 4. Na proposta, foi prevista a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, com observância da Política Nacional de Mobilidade Urbana, de estudos técnicos e da participação comunitária. Um participante solicitou que fosse estabelecido prazo para sua elaboração, no entanto a equipe da UNESC esclareceu que os prazos dos planos previstos serão definidos ao final da elaboração da minuta, com indicação de prazo máximo em torno de 24 meses.
 5. Uma participante relatou a existência de passagens públicas entre quadras no bairro Turimar, originalmente destinadas à circulação de pedestres entre as ruas e ao acesso à orla, sem a necessidade de utilização da Avenida Santa Catarina. Informou que algumas dessas passagens estariam obstruídas por muros, construções ou vegetação. O grupo discutiu a natureza pública desses espaços, sua situação registral, a necessidade de fiscalização municipal e os aspectos relacionados à segurança e à acessibilidade para sua eventual recuperação. Ao final, foi solicitada a inclusão, no Plano Diretor, de diretriz destinada à preservação e à manutenção dessas passagens, de modo a evitar sua obstrução ou ocupação irregular.
 6. Na discussão sobre planejamento urbano e mobilidade, um participante destacou a importância de aproximar moradia, trabalho, serviços de

- saúde, educação, lazer e comércio, reduzindo a dependência do automóvel. Monique esclareceu que essa distribuição poderá ser trabalhada no zoneamento, inclusive na análise dos novos loteamentos e na organização territorial dos serviços e equipamentos.
7. Quanto às calçadas, os participantes apontaram a ausência de padronização e debateram a necessidade de regulamentação no Código de Obras e a responsabilidade do proprietário do imóvel.
 8. O grupo reconheceu a importância de prever estudos para um segundo acesso ao Município, considerado prioritário, embora condicionado à viabilidade financeira. A equipe da UNESC esclareceu que o tema poderá ser detalhado no Plano Municipal de Mobilidade Urbana e também reforçado nas diretrizes do Plano Diretor.
 9. Sobre o transporte coletivo, registrou-se que o Município ainda não possui sistema municipal próprio e que o transporte intermunicipal supre parcialmente essa demanda. A minuta manteve a previsão de planejamento futuro do serviço, conforme o crescimento e as necessidades verificadas ao longo da vigência do Plano Diretor.
 10. Na análise sobre o tema estacionamento, os participantes relataram maior pressão durante o verão e em eventos, especialmente em razão da largura limitada das vias e do estacionamento em ambos os lados. Destacou-se a necessidade de estudos sobre circulação e rotatividade, bem como de fiscalização dos estacionamentos privados que eliminam ou interrompem as calçadas, expondo pedestres a riscos. Ficou indicado que o Plano Diretor assegurará diretrizes gerais e que o Código de Obras deverá regulamentar quantitativos de vagas e exigências específicas conforme o tipo de empreendimento.
 11. Na seção de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, foram apresentadas diretrizes para modernização da iluminação, manutenção dos equipamentos, qualificação de praças, parques e áreas de lazer, implantação de centros culturais, esportivos e comunitários, acessibilidade, sustentabilidade, eficiência energética, monitoramento

- inteligente e expansão equilibrada dos serviços nas áreas de crescimento urbano.
12. Um participante ressaltou a necessidade de melhorar a identificação e a divulgação das localidades, bairros, praças, lagoas, equipamentos públicos e demais atrativos do Município, especialmente em razão de sua vocação turística.
 13. Um participante sugeriu a possibilidade de admitir áreas verdes em canteiros centrais de avenidas, desde que observadas dimensões mínimas e efetiva utilidade coletiva. A equipe da UNESC informou que o assunto poderia ser debatido na revisão da Lei de Parcelamento do Solo.
 14. Em relação à energia elétrica, os participantes relataram oscilações e interrupções prolongadas, com maior impacto em bairros como Jardim Ultramar. Os participantes informaram que o município fica em uma extremidade da prestação do serviço pela concessionária, o que poderia gerar recorrência na falta de fornecimento.
 15. Um participante sugeriu a ampliação e qualificação da iluminação na rodovia de ligação entre Sombrio e Balneário Gaivota. Foi relatada a existência de postes da rede elétrica em ambos os lados da via, os quais poderiam ser aproveitados para a implantação e ampliação do sistema de iluminação, visando à melhoria das condições de segurança e circulação no trecho.
 16. Finalizado o conteúdo previsto para a reunião, a equipe da UNESC informou que no próximo encontro será iniciada a apresentação e discussões do macrozoneamento e do zoneamento. A equipe apresentará uma proposta inicial de divisão entre macrozonas urbana e rural, seguida das zonas específicas, com material explicativo sobre os conceitos. Inicialmente, a discussão utilizará categorias gerais, sem fixar número de pavimentos, que será examinado posteriormente com a tabela de parâmetros urbanísticos.
 17. Os representantes da sociedade civil foram orientados a discutir as propostas com as entidades que representam e a encaminhar contribuições coletivas por ofício ou e-mail. Foi informado que o Município

já forneceu os polígonos dos loteamentos aprovados e ainda não implantados e que essas áreas serão consideradas na elaboração do mapa. Também se destacou a necessidade de distribuir serviços e usos ao longo do extenso território municipal, evitando sua concentração em um único ponto.

18. Um participante solicitou a retomada do tema saneamento básico, onde foram lidas as diretrizes reformuladas para o abastecimento de água e esgotamento sanitário. Foi reforçada a necessidade de distinguir e formalizar as responsabilidades da concessionária e do Município. Os participantes voltaram a questionar a situação da área destinada à Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, o andamento do licenciamento e os prazos do empreendimento. Reiterou-se que o esgotamento sanitário é prioridade para a saúde pública e para o desenvolvimento do Município.
19. Após isso a reunião foi encerrada.



REGISTROS FOTOGRÁFICOS





ASSINATURA - MEMBROS DO GT/CONSELHO DA CIDADE



Adelsa Fernandes
Fiscal de Contrato

Amon Guetener
Imobiliárias do Município (Suplente)

Bruna Hobold da Rosa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Suplente)

Clovis Pereira
Associação Empresarial (Suplente)

Fabiano Ferreira
Sistema de Desenvolvimento Econômico (Titular)

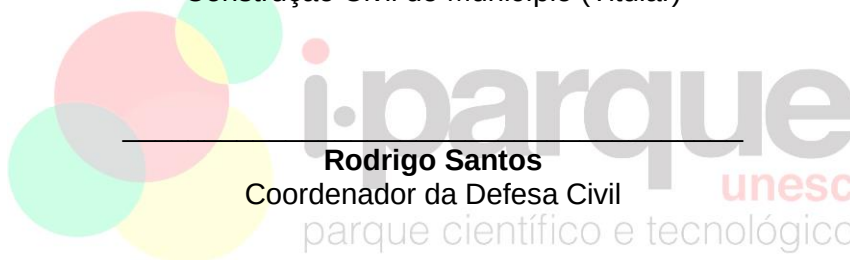
Grasiela Speck Eufrásio
Procuradoria Geral do Município (Suplente)

Katerine Guarezi Bressan
Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil (Suplente)

Leila Marisa Ferreira
Associações de Moradores do Município (Titular)

Marcio Borges de Freitas
Construção Civil do Município (Titular)

Rodrigo Santos
Coordenador da Defesa Civil



ASSINATURA - MEMBROS DO IPARQUE/UNESC

Ana Carolina Rocha de Zorzi
Engenheira Civil

Monique Machado de Lucca
Engenheira Agrimensora